



Carta ao presidente Lula

Valorizar quem trabalha, cuidar de quem precisa: continuar construindo o Brasil que queremos

O Brasil precisa de um Estado capaz de garantir direitos, promover o desenvolvimento e responder às necessidades da população. Saúde, educação, assistência social, proteção ambiental, ciência e infraestrutura dependem de políticas públicas, investimentos, planejamento e, sobretudo, de trabalhadores e trabalhadoras valorizados. Esses investimentos, além de melhorarem a qualidade de vida da população brasileira, dinamizam a economia e integram a agenda de transição ecológica justa, ao combinar baixo impacto ambiental com elevados benefícios sociais e econômicos.

Entre 2016 e 2022, o país enfrentou um processo de enfraquecimento da capacidade estatal, marcado por restrições ao investimento público, descontinuidade de políticas, redução de equipes em áreas da administração federal e mudanças no papel do Estado em setores estratégicos. A economia teve baixo crescimento em parte desse período, limitando as condições de financiamento das políticas públicas e afetando também estados e municípios. Os servidores federais enfrentaram anos sem reajuste geral e com benefícios congelados, enquanto os canais de negociação com suas entidades representativas ficaram interrompidos.

Desde 2023, o Brasil retomou uma agenda de reconstrução do Estado, valorização dos servidores e modernização dos serviços públicos. Os resultados aparecem em medidas concretas.

Na gestão de pessoas, o governo retomou a Mesa Nacional de Negociação Permanente, interrompida entre 2017 e 2022. Em 2023, concedeu reajuste de 24,75% de reajustes para todos os servidores ativos e aposentados, acima da inflação do período de 20,08%. Firmou 49 acordos setoriais de reajuste salarial e reestruturação de carreiras, com ganhos reais para as categorias abrangidas pelos acordos. O auxílio-alimentação passou de R\$ 458 para R\$ 1.192, entre 2023 e abril de 2026, uma elevação de aproximadamente 160%. Também foram reajustados os auxílios pré-escolar e de saúde suplementar. São avanços concretos na recuperação de direitos e no reconhecimento de quem faz o serviço público funcionar.

A recomposição das equipes também avançou. Foram abertas mais de 22 mil vagas em concursos no ciclo de 2023 a 2025, com destaque para o Concurso Público Nacional Unificado, que ampliou as oportunidades de ingresso no serviço público em diferentes regiões do país. A nova política de cotas passou a reservar 30% das vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas. Essas iniciativas contribuem para renovar os quadros, democratizar o acesso e construir um serviço público mais representativo da sociedade brasileira.

A modernização também precisa melhorar as condições de trabalho de quem atua nos serviços contratados pelo Estado. Por isso, o governo regulamentou a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, sem redução salarial, para trabalhadores terceirizados de categorias abrangidas pela medida, além de estabelecer garantias como o recesso de fim de ano e auxílio creche com valor igual aos dos servidores públicos. São exemplos de como o poder público pode usar sua capacidade de contratação para promover condições de trabalho mais dignas.

A transformação digital, a integração de sistemas e a simplificação dos serviços também fazem parte dessa agenda. A emissão de mais de 40 milhões de Carteiras de Identidade



Nacional, registrada no balanço do MGI de dezembro de 2025, exemplifica a dimensão das iniciativas de modernização e integração de serviços. O objetivo é facilitar o acesso da população, reduzir burocracias e tornar o Estado mais eficiente e inclusivo.

Essas conquistas importam para todo o país. Quando o governo federal investe em saúde, educação, infraestrutura e políticas sociais, fortalece também a capacidade de atendimento de estados e municípios. A valorização dos servidores, a formação profissional, a cooperação federativa e o financiamento adequado das políticas públicas são fundamentais para que os direitos saiam do papel e cheguem à população.

O debate sobre o futuro do Brasil envolve projetos diferentes. De um lado, propostas de cortes expressivos de despesas, redução da estrutura administrativa, mudanças nas regras fiscais e retomada de reformas administrativas que precisam ser avaliadas por seus efeitos sobre os serviços públicos e a vida das pessoas. Cortar gastos sem considerar as consequências pode comprometer equipes, investimentos e a continuidade de políticas essenciais. Eficiência não significa simplesmente ter um Estado menor: significa planejar melhor, combater desperdícios, utilizar bem os recursos e garantir resultados para a sociedade.

Defendemos um Estado moderno, transparente, democrático, inclusivo e comprometido com o desenvolvimento nacional. Um Estado que valorize seus servidores e servidoras, respeite a negociação coletiva, promova diversidade, invista em tecnologia e mantenha equipes qualificadas para atender à população.

As conquistas desde 2023 mostram que é possível recuperar direitos, fortalecer instituições e modernizar a gestão pública. O desafio agora é consolidar e ampliar esses avanços: realizar concursos regulares, seguir valorizando as carreiras, melhorando as condições de trabalho e garantindo serviços públicos de qualidade em todo o Brasil.

Valorizar quem trabalha no serviço público é valorizar quem depende dele. Fortalecer o Estado é fortalecer a democracia, reduzir desigualdades e criar condições para que o desenvolvimento chegue a todas as pessoas.

CUT - Central Única dos Trabalhadores

FORÇA SINDICAL

UGT - União Geral dos Trabalhadores

CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

NCST - Nova Central Sindical dos Trabalhadores

CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros

INTERSINDICAL - Central da Classe Trabalhadora

PÚBLICA - Central do Servidor

CESP - Central das Entidades de Servidores Públicos

CONDSEF - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

CSPB - Confederação dos Servidores Públicos do Brasil

CONFETAM - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal

CSPM - Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais